

FREDIE DIDIER JR.
LEONARDO CARNEIRO DA CUNHA
PAULA SARNO BRAGA
RAFAEL ALEXANDRIA DE OLIVEIRA

9^a
edição

revista, atualizada
e ampliada

Curso de Direito
PROCESSUAL
CIVIL

Execução

5

2019

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Sumário

PARTE I – TEORIA DA EXECUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E PARTE GERAL DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

Capítulo 1 ► Introdução ao estudo da execução civil	43
1. Direitos a uma prestação e execução	43
2. Direito potestativo e execução	44
3. Conceito de execução	47
4. Execução, processo de execução e processo autônomo de execução	47
5. Execução imprópria	49
6. Classificação da execução	50
6.1. Execução comum e execução especial	50
6.2. Execução judicial e execução extrajudicial	51
6.3. Execução fundada em título judicial (“cumprimento de sentença”) e execução fundada em título extrajudicial	51
6.4. Execução direta e execução indireta	52
6.5. Cumprimento definitivo e provisório de sentença	58
7. Cognição, mérito e coisa julgada na execução.....	60
7.1. Cognição na execução	60
7.2. Admissibilidade e mérito do procedimento executivo.....	62
7.3. Coisa julgada	64
Capítulo 2 ► Normas fundamentais da tutela jurisdicional executiva	67
1. Princípios da execução	67
1.1. Princípio da efetividade. Direito fundamental à tutela executiva	67
1.2. Princípios da tipicidade e atipicidade dos meios executivos	69
1.3. Princípio da boa-fé processual	70
1.4. Princípio da responsabilidade patrimonial ou de que “toda execução é real”	70
1.5. Princípio da primazia da tutela específica ou princípio da maior coincidência possível ou princípio do resultado	73

1.6.	Princípio do contraditório	78
1.7.	Princípio da menor onerosidade da execução	80
1.8.	Princípio da cooperação	83
1.9.	Proporcionalidade	84
1.10.	Princípio da adequação	86
1.11.	Autorregramento da vontade na execução. Os negócios processuais em execução ...	87
2.	Regras fundamentais do processo de execução	88
2.1.	Regra de que não há execução sem título (nulla executio sine titulo)	88
2.2.	Disponibilidade da execução (art. 775, CPC)	89
2.3.	Responsabilidade objetiva do exequente (arts. 520, I, e 776, CPC)	90
2.4.	Aplicação integrada das regras relativas à execução e aplicação subsidiária das regras do processo de conhecimento (arts. 513 e 771, CPC)	93
2.4.1.	Aplicação subsidiária ao cumprimento de sentença	93
2.4.2.	Aplicação subsidiária aos procedimentos especiais de execução	94
2.4.3.	Aplicação subsidiária aos efeitos de atos e fatos processuais a que a lei atribuir força executiva	94
2.4.4.	Aplicação subsidiária do Livro I, Parte Especial, à execução	97
Capítulo 3 ► Tipicidade e atipicidade dos meios executivos		101
1.	Introdução	101
2.	A atipicidade dos meios executivos no direito processual civil brasileiro (arts. 139, IV, e 536, § 1º, CPC): harmonização e standards para a compreensão do tema	103
2.1.	Introdução: os arts. 139, IV, 297 e 536, § 1º, CPC	103
2.2.	Cláusulas gerais processuais executivas	104
2.3.	Âmbito de incidência dos comandos normativos	106
2.4.	Abrangência subjetiva dos comandos normativos	110
2.5.	Critérios para fixação da medida executiva atípica: observância dos postulados da proporcionalidade, da razoabilidade, da proibição de excesso e dos princípios da eficiência e da menor onerosidade da execução	112
2.6.	O papel da fundamentação no controle das medidas executivas atípicas e a observância do contraditório	121
2.7.	A não adstrição da decisão judicial ao pedido relativo à medida executiva atípica a ser imposta e possibilidade de determinação de ofício	121
2.8.	A possibilidade de alteração da medida executiva que se mostrou ineficaz ou que já não é mais necessária	124
2.9.	Proibição de o juiz impor, ex officio, como medida executiva atípica, providência para a qual a lei, tipicamente, exige provocação da parte	126
2.10.	Proibição de o juiz impor, como medida executiva atípica, medida executiva típica regulada pela lei de outro modo	127

2.11. A multa como medida atípica na execução por quantia e a possibilidade de aplicação direta das medidas executivas atípicas, na execução por quantia, para forçar o cumprimento de deveres processuais	127
2.12. A prisão civil como medida atípica.....	129
2.13. A medida atípica determinada não pode constituir-se em um ilícito (civil, penal, internacional etc.). O caso da privação de sono	135
2.14. Fundamento normativo para a execução das decisões estruturais	136
2.15. Negócio processual que verse sobre o poder geral de efetivação do julgador	140
2.16. Possibilidade de aplicação do princípio no âmbito do processo penal – o art. 3º do CPP e o caso WhatsApp.....	143
3. Síntese das diretrizes (standards) para concretização do princípio da atipicidade das medidas executivas.....	144

Capítulo 4 ► **Formação do processo de execução..... 147**

1. Considerações iniciais	147
2. A demanda executiva	148
2.1. Noções de demanda e de demanda executiva.....	148
2.2. Elementos objetivos da demanda executiva	149
2.2.1. Causa de pedir	150
2.2.2. Pedido.....	150
2.3. A demanda executiva fundada em obrigação alternativa (art. 800, CPC).....	153
2.4. Cumulação de demandas (art. 780, CPC).....	159
3. Petição inicial	164
3.1. Introdução	164
3.2. Requisitos de validade.....	165
3.2.1. Requisitos gerais.....	165
3.2.2. Documentos indispensáveis	167
3.3. Requerimento de intimação de terceiros (art. 799, CPC)	168
3.3.1. Generalidades.....	168
3.3.2. Intimação do credor com garantia real ou do credor fiduciário	170
3.3.3. Intimação do titular de direito real de uso, usufruto ou habitação	172
3.3.4. Intimação dos sujeitos do contrato de promessa de compra e venda ou de promessa de cessão.....	172
3.3.5. Intimação nos casos de enfiteuse, superfície, direito real de uso e direito real de uso especial para fins de moradia	173
3.3.6. Intimação nos casos de direito real de laje (arts. 1.225, XIII e 1.510-A e seguintes, Código Civil)	175
3.3.7. Intimação nos casos de condomínio em multipropriedade (art. 1.358-B e seguintes, Código Civil)	177

3.3.8.	Intimação da sociedade empresária no caso de penhora de quotas sociais ou de ação de sociedade anônima fechada.....	178
3.3.9.	Intimação de outro credor penhorante	179
3.3.10.	Intimação do coproprietário do bem imóvel indivisível.....	179
3.3.11.	Intimação de ente público em caso de penhora de bem tombado.	180
3.3.12.	Intimação do locatário do imóvel rural objeto de parceria ou arrendamento	181
3.3.13.	O caso do bem gravado com servidão.....	182
3.3.14.	O possuidor conhecido do bem penhorado	183
3.3.15.	Quadro esquemático	184
3.4.	Outros requerimentos e providências.....	189
3.5.	Controle e emenda da petição inicial.....	190
4.	Efeitos da litispendência executiva	192
4.1.	Direito conferido ao exequente de averbação da pendência da execução nos registros de bens do devedor	193
4.2.	Interrupção da prescrição	193
4.3.	Prevenção	194
4.4.	Litispendência	195
4.5.	Litigiosidade do objeto	195
4.6.	Indisponibilidade patrimonial relativa	195
4.7.	Direito potestativo do executado ao parcelamento da dívida exequenda	196
5.	Requisitos gerais para a deflagração do procedimento executivo	197
5.1.	Introdução	197
5.2.	Título executivo	197
5.3.	Afirmção do inadimplemento (arts. 786 a 788, CPC)	198
5.3.1.	Conceito de inadimplemento e classificação	198
5.3.2.	Inadimplemento e interesse de agir.....	200
5.3.3.	Inadimplemento e exigibilidade	202
5.3.4.	Inadimplemento e a existência de deveres recíprocos (art. 787, CPC).....	202
5.3.4.1.	A exceção substancial e a exceção de inadimplemento.....	203
5.3.4.2.	Crítica ao art. 787 do CPC.....	204
5.3.4.3.	As posturas que o executado pode adotar.....	207
5.3.4.4.	A consequência do acolhimento da exceção de inadimplemento.....	209
5.3.4.5.	A imputação das despesas decorrentes da sucumbência	210
5.3.4.6.	A prescrição da pretensão que enseja a exceção de inadimplemento.....	211
5.3.5.	Inadimplemento e os deveres sujeitos a condição ou termo	213
5.3.6.	Boa-fé, adimplemento substancial (inadimplemento mínimo) e execução	219

Capítulo 5 ▶ Liquidação de sentença	223
1. A decisão ilíquida	223
2. Conceito de liquidação	224
3. Liquidação de título judicial: terminologia	226
4. Modelos processuais de liquidação: fase de liquidação, processo autônomo de liquidação e liquidação incidental	227
4.1. Introdução	227
4.2. A fase de liquidação (ou liquidação-fase)	228
4.3. O processo de liquidação	229
4.4. A liquidação incidental (ou liquidação-incidente)	230
5. Legitimidade para requerer a liquidação	232
6. Competência para conhecer e julgar a liquidação	232
7. Liquidação da sentença arbitral	233
8. Momento para requerer a liquidação	234
8.1. Liquidação de decisão ainda pendente de recurso	234
8.2. Liquidação de decisão que contém parte líquida e outra ilíquida	236
8.3. Liquidação da decisão que resolve antecipada e parcialmente o mérito	236
9. Prescrição e liquidação	237
10. A cognição na liquidação	238
10.1. A regra da fidelidade ao título	238
10.2. A matéria de defesa na liquidação	239
11. Espécies de liquidação	240
11.1. Introdução	240
11.2. A liquidação por arbitramento	241
11.3. A liquidação pelo procedimento comum	246
12. Liquidação com “dano zero” (sem resultado positivo) e o non liquet	250
13. A liquidação contra a fazenda pública	256
14. Decisão e recurso na liquidação de sentença	257
15. Liquidação de sentença e verbas de sucumbência	259
Capítulo 6 ▶ Título executivo	261
1. A necessidade e a importância do título executivo na execução	261
2. Conceito e natureza jurídica do título executivo	262
3. A taxatividade dos títulos executivos	266
4. Atributos da obrigação representada no título executivo	268
5. Rol de títulos executivos judiciais	271
5.1. Considerações gerais	271

5.2.	Decisão que reconhece a existência de obrigação	271
5.2.1.	Generalidades	271
5.2.2.	Decisão declaratória como título executivo	272
5.2.3.	Decisão constitutiva como título executivo	275
5.3.	Decisão que homologar autocomposição judicial	279
5.4.	Decisão homologatória de acordo extrajudicial de qualquer natureza	280
5.5.	Formal e certidão de partilha	281
5.6.	Decisão judicial que aprova crédito de auxiliar de justiça	282
5.7.	Sentença penal condenatória transitada em julgado	283
5.7.1.	Generalidades	283
5.7.2.	Os problemas da regra que impõe a fixação do valor mínimo da indenização na sentença penal condenatória	284
5.8.	Sentença arbitral	290
5.8.1.	Generalidades	290
5.8.2.	O Tribunal Marítimo como tribunal arbitral. O veto ao inciso X do art. 515 do CPC	291
5.9.	Decisão estrangeira homologada pelo STJ	292
5.10.	Decisão interlocutória estrangeira, após concessão de exequatur à carta rogatória pelo STJ	293
6.	Títulos executivos extrajudiciais	293
6.1.	Considerações gerais	293
6.2.	Títulos de crédito	293
6.2.1.	Generalidades	293
6.2.2.	Letra de câmbio	296
6.2.3.	Nota promissória	297
6.2.4.	Duplicata	297
6.2.5.	Debênture	299
6.2.6.	Cheque	300
6.3.	Escritura pública ou qualquer documento público assinado pelo devedor	301
6.4.	Documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas	302
6.5.	Transação referendada pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado no tribunal ..	304
6.6.	Contratos garantidos por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia	305
6.7.	Contratos garantidos por caução	306
6.8.	Contratos de seguro de vida em caso de morte	307
6.9.	O crédito decorrente de foro e laudêmio	309
6.10.	O crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios	309

6.11. A certidão de dívida ativa da Fazenda Pública	311
6.12. O crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas na respectiva convenção ou aprovadas em assembleia geral, desde que documentalmente comprovadas	313
6.13. A certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei	313
6.14. Demais títulos	315
6.15. Negócios processuais e título executivo extrajudicial	317
6.16. Ação de conhecimento proposta por quem tenha título executivo	319
6.17. Título executivo estrangeiro	319
Capítulo 7 ► Partes.....	323
1. Legitimação ativa	323
2. Legitimação passiva	328
3. Litisconsórcio na execução	330
4. Intervenção de terceiro na execução	333
4.1. Intervenções de terceiro previstas na Parte Geral	333
4.2. Intervenções de terceiro típicas do processo de execução	335
Capítulo 8 ► Responsabilidade patrimonial	337
1. Considerações iniciais	337
2. Obrigação e responsabilidade.....	338
2.1. Visão dualista.....	338
2.2. Visão unitarista.....	341
2.3. Visão adotada.....	346
3. Responsabilidade primária (arts. 789 e 790, I, III, V, VI e VII, CPC).....	347
3.1. Generalidades	347
3.2. Bens do devedor, inclusive em poder de terceiro (arts. 789 e 790, III, CPC).....	349
3.3. Bens do sucessor a título singular (art. 789 e 790, I, CPC)	352
3.4. Bens alienados ou gravados com ônus real em fraude à execução ou contra credores (art. 790, V e VI, CPC)	355
4. Responsabilidade secundária	355
4.1. Bens do cônjuge ou companheiro.....	355
4.1.1. Consideração introdutória	355
4.1.2. Dos bens da quota-parte (comunicáveis)	356
4.1.3. Dos bens próprios ou particulares	361
4.1.4. Da penhora de bens do cônjuge. Mecanismo de defesa	363

4.2. Bens do sócio, nos termos da lei (art. 790, II, e art. 795, CPC).....	364
4.3. Desconsideração da personalidade jurídica e seus aspectos processuais	370
5. Responsabilidade patrimonial do fiador (art. 794, CPC)	372
6. Responsabilidade patrimonial do espólio e dos herdeiros (art. 796 do CPC)	374
7. Bens objeto de direito de retenção (art. 793 do CPC)	377
8. Bem objeto de direito de superfície, enfiteuse ou concessão de direito real de uso (art. 791, CPC). A questão do direito real de laje	378
9. Responsabilidade patrimonial do incapaz.....	382

Capítulo 9 ► **Fraude contra credores, fraude à execução e atos atentatórios à dignidade da justiça..... 385**

1. O princípio da boa-fé na execução	385
2. Noções iniciais sobre a fraude na execução.....	386
3. Fraude contra credores.....	387
4. Fraude à execução.....	394
4.1. Generalidades	394
4.2. Pressupostos	397
4.2.1. Alienação ou oneração na pendência de ação fundada em direito real ou pretensão reipersecutória (art. 792, I, CPC).....	397
4.2.2. Alienação ou oneração na pendência de ação pessoal que verse sobre obrigação pecuniária	399
4.2.2.1. Pendência de ação capaz de reduzir o devedor à insolvência (art. 792, IV, CPC).....	399
4.2.2.2. Existência de averbação de processo de execução (ou cumprimento de sentença) no registro do bem alienado/onerado (art. 792, II, CPC).....	405
4.2.2.3. Existência de averbação, no registro do bem alienado/onerado, de hipoteca judiciária ou constrição judicial originária do processo em que se arguiu a fraude (art. 792, III, CPC).....	407
4.2.2.4. Outros casos de fraude à execução.....	410
4.3. Pressuposto subjetivo: <i>scientia fraudis</i> pelo terceiro adquirente	410
4.3.1. Nota introdutória	410
4.3.2. Regra para as ações reais e reipersecutórias (art. 792, I, CPC)	410
4.3.3. Regra para as ações pessoais sobre obrigação pecuniária (art. 792, I-IV, CPC)	413
5. Quadro comparativo	417
6. Averbação no registro público do imóvel da pendência de ação capaz de reduzir o devedor à insolvência (arts. 54, IV, e 56 da Lei 13.097/2015).....	418
7. Averbação da execução no registro de bens do devedor (art. 828, CPC)	422
8. Averbação da certidão de dívida ativa (art. 20-b, Lei 10.522/2002).....	423
9. Atos atentatórios à dignidade da justiça	424

9.1.	Considerações prévias: os poderes do juiz na execução (arts. 772-774, CPC)	424
9.2.	Contempt of court na execução	428
9.2.1.	Generalidades	428
9.2.2.	Hipóteses legais.....	430
9.2.3.	Ilícito não-danoso	434
9.2.4.	Desnecessidade de demonstração do elemento subjetivo. O caso do art. 774, II, CPC	434
9.2.5.	A punição	435
Capítulo 10	► Honorários de advogado no cumprimento de sentença e na execução fundada em título extrajudicial	437
1.	Generalidades.....	437
2.	Honorários no cumprimento da sentença.....	438
2.1.	Honorários no cumprimento definitivo da sentença que impõe obrigação de pagar quantia certa.....	438
2.2.	Honorários no cumprimento provisório da sentença que impõe obrigação de pagar quantia certa	439
2.3.	Honorários no acolhimento e na rejeição da impugnação.....	440
2.4.	Honorários no cumprimento da sentença contra a Fazenda Pública	442
2.5.	Honorários no cumprimento da sentença que impõe obrigação de fazer, não fazer ou entregar coisa	445
3.	Honorários na execução fundada em título extrajudicial	446
3.1.	Regras gerais.....	446
3.2.	Honorários na execução fundada em título extrajudicial contra a Fazenda Pública....	447
3.3.	Honorários na execução fiscal.....	448
4.	Honorários no âmbito recursal	452
Capítulo 11	► Suspensão da execução.....	455
1.	O curso do processo e seus momentos de crise	455
2.	Suspensão da execução	456
3.	Causas de suspensão da execução	457
3.1.	Hipóteses dos art. 313 e 315, CPC. O problema da suspensão convencional do processo de execução	457
3.2.	Embargos à execução	458
3.3.	Falta de bens penhoráveis	458
3.4.	Ausência de licitantes na alienação judicial	460
3.5.	Direito ao parcelamento, na execução fundada em título extrajudicial	461
4.	Falência, recuperação judicial e suspensão da execução	461
5.	Ação rescisória e suspensão do cumprimento de sentença	461

Capítulo 12 ► Extinção da execução	463
1. Generalidades	463
2. Indeferimento da petição inicial	464
3. Satisfação da obrigação	464
4. Outras causas de extinção da obrigação	465
5. Prescrição, intercorrente ou não	466
6. Extinção da execução sem análise do mérito	469

PARTE II – CUMPRIMENTO DA SENTENÇA

Capítulo 13 ► Cumprimento da sentença – disposições gerais	473
1. O cumprimento de sentença: noções gerais	473
2. Comunicação do executado para o cumprimento de sentença	475
3. Prazo para o cumprimento da sentença	478
4. Agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias proferidas em cumprimento de sentença (art. 1.015, par. ún., CPC)	480
5. Inclusão do nome do executado em cadastro de proteção de crédito	481
Capítulo 14 ► Competência no cumprimento de sentença	483
1. Generalidades.....	483
2. Competência para a execução de decisões de tribunal, em causas de sua competência originária.....	483
3. Competência para a execução da sentença.....	486
3.1. Regra geral.....	486
3.2. O parágrafo único do art. 516: as opções do exequente. O problema da perpetuação da jurisdição	487
3.3. A execução da sentença de alimentos e a mudança de domicílio do alimentando	490
3.4. Exclusão de ente federal da condenação e competência da Justiça Federal	491
3.5. Juízo estadual com competência federal e criação de vara federal na comarca.....	492
4. Competência para a execução de sentença arbitral.....	493
5. Competência para a execução de sentença estrangeira	494
6. Competência para a execução de sentença penal condenatória transitada em julgado.....	495
7. Referência, no inciso III do art. 516 do CPC, a decisões do Tribunal Marítimo.....	496
8. Competência para a execução universal (falência e insolvência civil).....	497
9. Competência para a execução individual de sentença coletiva	499
10. Atos concertados e compartilhamento de competências entre os juízos da execução	499

Capítulo 15 ► Cumprimento provisório	503
1. Consideração introdutória	503
2. Fundamentos.....	503
3. Cabimento.....	504
4. Regime jurídico do cumprimento provisório (arts. 520-522, CPC).....	506
4.1. Generalidades	506
4.2. Requerimento do exequente	507
4.3. A incidência da multa do art. 523, § 1º, CPC	509
4.4. Impugnação do executado	512
4.5. Autuação separada	513
4.6. Reforma ou anulação do título: retorno ao estado anterior.....	514
4.7. Responsabilidade objetiva do exequente	516
4.8. Caução.....	518
Capítulo 16 ► Cumprimento de sentença para pagamento de quantia	525
1. Generalidades	525
2. Fase inicial do cumprimento de sentença e a multa legal pelo inadimplemento	526
3. A petição de instauração do cumprimento de sentença para pagamento de quantia	531
4. Incidente de apuração do valor do crédito	533
4.1. Controle do valor exequendo pelo juiz	533
4.2. Incidente de apuração quando o cálculo depende de dados ou documentos em poder do devedor ou de terceiro	535
5. Cumprimento espontâneo da obrigação antes da intimação (art. 526, CPC)	539
6. A impugnação ao cumprimento da sentença	543
6.1. Noção e natureza jurídica	543
6.2. A fase de execução da sentença como procedimento de cognição limitada e exauriente <i>secundum eventum defensionis</i>	544
6.3. Prazo, dispensa de prévia garantia do juízo e preclusão temporal	545
6.4. Alegação de fato superveniente (art. 525, § 11, CPC)	547
6.5. A impugnação e a “exceção de pré-executividade” no cumprimento de sentença. O art. 518 do CPC	547
6.6. Conteúdo	550
6.6.1. Observação inicial	550
6.6.2. Falta ou nulidade da citação, se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia (art. 525, § 1º, I)	551
6.6.3. Ilegitimidade das partes (art. 525, § 1º, II, CPC)	552
6.6.4. Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação (art. 525, § 1º, III, CPC)	553

6.6.5.	Inexigibilidade da decisão fundada em lei, ato normativo ou interpretação tidos pelo STF como inconstitucional (art. 525, §§ 12-14, CPC)	554
6.6.5.1.	Generalidades.....	554
6.6.5.2.	Modulação dos efeitos da decisão paradigma proferida pelo STF	557
6.6.5.3.	Direito transitório	557
6.6.6.	Penhora incorreta ou avaliação errônea (art. 525, § 1º, IV)	559
6.6.7.	Excesso de execução (art. 525, § 1º, V, fine, CPC)	559
6.6.8.	Cumulação indevida de execuções (art. 525, § 1º, V, fine, CPC)	561
6.6.9.	Incompetência absoluta e relativa (art. 525, § 1º, VI, CPC)	562
6.6.10.	Qualquer causa modificativa ou extintiva da obrigação, como pagamento, novação, compensação, transação ou prescrição, desde que superveniente à sentença (art. 525, § 1º, VII, CPC)	563
6.6.11.	A impugnação ao cumprimento de sentença arbitral	564
6.7.	Desistência da execução e consentimento do executado	565
6.8.	Efeito suspensivo da impugnação	565
6.9.	Réplica	567
6.10.	Julgamento e coisa julgada	567
7.	As peculiaridades relativas ao processo autônomo de execução por quantia fundada em título judicial (art. 515, § 1º, CPC)	568
8.	A possibilidade averbação da execução no registro de bens do devedor (art. 828, CPC).....	569
9.	Protesto de sentença	569

Capítulo 17 ► **Introdução à execução específica das obrigações de fazer, de não fazer e de entregar coisa distinta de dinheiro 575**

1.	A tutela jurisdicional.....	575
1.1.	Acepções.....	575
1.2.	A tutela jurisdicional diferenciada.....	576
1.3.	Espécies de tutela jurisdicional.....	579
1.3.1.	Definitiva e provisória	579
1.3.2.	Repressiva (reparatória ou sancionatória) e preventiva	579
1.3.3.	Genérica (pelo equivalente em dinheiro) e específica	579
1.4.	Classificação da tutela específica.....	581
1.4.1.	A distinção entre ilícito e dano	581
1.4.2.	A tutela inibitória.....	584
1.4.3.	A tutela reintegratória (remoção do ilícito)	586
1.4.4.	A tutela ressarcitória	589

Capítulo 18 ► Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de fazer e de não fazer	591
1. Introdução.....	591
2. Abrangência do art. 497 do CPC.....	592
3. A primazia da tutela específica das prestações de fazer e de não fazer e a obtenção do resultado prático equivalente.....	595
4. A conversão da obrigação em perdas e danos (art. 499, CPC)	598
4.1. Introdução: a tutela específica como direito do credor.....	598
4.2. A conversão em perdas e danos por opção do credor e seus limites.....	599
4.3. A conversão compulsória nos casos de impossibilidade da tutela específica ou do resultado prático equivalente	601
4.4. A conversão compulsória e o princípio da menor onerosidade da execução.....	605
4.5. Procedimento da conversão em perdas e danos	606
4.5.1. Momento da conversão	606
4.5.2. Incidente cognitivo para apuração das perdas e danos.....	608
5. As técnicas processuais adequadas à tutela das prestações de fazer e de não fazer	609
5.1. Introdução	609
5.2. As técnicas de execução direta (ou por sub-rogação) e de execução indireta	610
5.3. A atipicidade dos meios executivos e o poder geral de efetivação (art. 536, § 1º, e art. 139, IV, CPC)	610
5.4. A não adstrição da decisão judicial ao pedido relativo à medida executiva a ser imposta	613
5.5. A possibilidade de alteração da medida executiva que se mostrou ineficaz ou que já não é mais necessária	614
6. Aplicabilidade das medidas executivas à tutela provisória das prestações de fazer e de não fazer	615
7. O controle jurisdicional do prazo estipulado para cumprimento e da medida executiva imposta.....	616
8. A multa coercitiva	617
8.1. Natureza jurídica e beneficiário.....	617
8.2. Critérios para fixação e alteração do prazo para cumprimento, do valor e da periodicidade multa	620
8.2.1. Prazo para cumprimento voluntário da ordem.....	620
8.2.2. Fixação do valor e da periodicidade da multa.....	621
8.2.3. Alteração do valor e da periodicidade da multa	626
8.3. Revisão do montante acumulado a título de multa coercitiva	628
8.4. Dever do credor de mitigar o próprio prejuízo (“duty to mitigate the loss”) e o princípio da boa-fé processual: possibilidade de suppressio.....	632
8.5. Destinatário da multa	636
8.6. Imposição da multa à Fazenda Pública.....	639
8.7. Possibilidade de cumulação com a multa por contempt of court (art. 77, § 2º, CPC)	640

8.8.	Possibilidade de cumulação com a multa por litigância de má-fé (art. 81, CPC)	644
8.9.	Possibilidade de cumulação com a prisão por crime de desobediência	644
8.10.	Execução da multa: forma, momento de exigibilidade e vinculação ao resultado final do processo	646
9.	A utilização da prisão civil como medida coercitiva atípica	649
10.	A intervenção judicial na empresa como medida coercitiva atípica	649
11.	Procedimento	650
11.1.	A execução como fase do procedimento	650
11.2.	A intimação da decisão e a intimação para cumprimento da decisão	651
11.3.	Fase inicial: prazo para cumprimento voluntário	652
11.4.	A medida executiva e sua incidência	655
11.5.	A defesa do devedor durante a fase de cumprimento	657
12.	Cumprimento das obrigações de emitir declaração de vontade (art. 501, CPC)	659

Capítulo 19 ► **Cumprimento de sentença que reconheça a exigibilidade de obrigação de entregar coisa 663**

1.	Introdução	663
2.	A primazia da tutela específica das prestações de entrega de coisa	664
3.	A conversão da obrigação em perdas e danos (art. 499, CPC)	664
3.1.	Regra geral	664
3.2.	A conversão em perdas e danos por opção do credor e seus limites	665
3.3.	A conversão compulsória nos casos de impossibilidade da tutela específica	666
3.4.	Deterioração ou perda da coisa e possibilidade de conversão em perdas e danos	667
3.4.1.	Introdução	667
3.4.2.	Obrigação de dar ou de restituir coisa certa	667
3.4.3.	Obrigação de entregar coisa incerta	670
3.4.4.	Obrigação de entregar a coisa nos casos em que se discute posse	671
3.5.	Momento da conversão em perdas e danos	671
3.6.	Incidente cognitivo para apuração do valor da coisa e das perdas e danos	672
4.	Procedimento	674
4.1.	Introdução	674
4.2.	Deflagração a requerimento ou de ofício	674
4.3.	Fase inicial e fase de execução forçada	674
4.4.	Fase inicial: prazo para cumprimento voluntário	674
4.5.	Fase de execução forçada: a medida executiva e sua incidência	676
4.6.	Aplicabilidade à tutela provisória das prestações de entregar coisa	677
5.	A defesa do executado	678
5.1.	Momento, forma e conteúdo	678

- 5.2. Impossibilidade de alegar, na fase de execução, direito de retenção por benfeitorias, acessões, melhoramentos e acréscimos.....678
6. Incidente de individualização da coisa a ser entregue (art. 498, par. ún., e arts. 811-812, CPC).....681
7. A efetivação da decisão nos casos em que houve alienação da coisa litigiosa para terceiro.686

Capítulo 20 ► **Cumprimento de sentença em face da Fazenda Pública.....689**

1. Regime jurídico.....689
2. cumprimento de sentença em face da fazenda pública691
3. A defesa da Fazenda Pública no cumprimento de sentença: a impugnação.....694
4. Cumprimento provisório de sentença contra a Fazenda Pública.....697
5. Os créditos de natureza alimentícia.....697
6. Natureza jurídica da atividade do presidente do tribunal no precatório.....700
7. Atualização monetária e juros no pagamento do precatório702
8. Sequestro: natureza e objeto.....705
9. Intervenção federal e estadual.....707
10. Casos de dispensa de precatório708
11. Os precatórios e a prioridade de tramitação de processos para idosos, para portadores de doença grave e para pessoas com deficiência712
12. Utilização de crédito de precatório para compra de imóveis públicos.....716
13. Parcelamento e financiamento de precatórios.....717
14. Cessão de crédito inscrito em precatório.....720
15. Abatimento, a título de compensação, no valor do precatório de débitos para com a correspondente Fazenda Pública. a inconstitucionalidade reconhecida pelo supremo tribunal federal721
16. Regime especial para pagamento de crédito de precatório de Estados, Distrito Federal e Municípios criado pela EC nº 62/2009722
17. Regime especial para pagamento de crédito de precatório de Estados, Distrito Federal e Municípios criado pela EC nº 94/2016725
18. Regime especial para pagamento de créditos de precatório de Estados, Distrito Federal e Municípios criado pela EC nº 99/2017728
19. Cumprimento de sentença de obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa contra a Fazenda Pública731

Capítulo 21 ► **Cumprimento de sentença para pagamento de prestação alimentícia.....733**

1. Panorama sobre as espécies de alimentos.....733
- 1.1. Noções iniciais.....733
- 1.2. Classificação734
- 1.2.1. Quanto à origem734

1.2.2.	Quanto à estabilidade	735
1.2.3.	Quanto à natureza	736
1.2.4.	Quanto ao momento.....	736
2.	Meios executivos: protesto da decisão, prisão civil, desconto e expropriação	738
2.1.	Generalidades	738
2.2.	Cumprimento de sentença por coerção indireta (art. 528, caput e §§ 1º-7º, CPC): protesto e prisão civil	740
2.3.	Cumprimento de sentença por desconto.....	748
2.4.	Cumprimento de sentença por expropriação	751
2.4.1.	Nota introdutória	751
2.4.2.	Levantamento de dinheiro penhorado	752
2.4.3.	Direito de preferência do credor de alimentos	752
3.	Peculiaridades na execução de alimentos indenizativos: a constituição de renda (art. 533, CPC).....	753

PARTE III – EXECUÇÃO FUNDADA EM TÍTULO EXTRAJUDICIAL PARA PAGAMENTO DE QUANTIA

Capítulo 22 ▶	Competência na execução fundada em título extrajudicial	759
1.	Generalidades.....	759
2.	Competência da autoridade judiciária brasileira	759
3.	Competência interna para execução.....	761
4.	Competência territorial	762
5.	Execução hipotecária	765
6.	Competência para execução fiscal	765
7.	Pluralidade de executados com domicílios diferentes.....	766
8.	Opção entre o foro de eleição, o do domicílio do executado ou o da situação dos bens.....	766
9.	Títulos de crédito emitidos no exterior	767
10.	Conexão entre execuções fundadas no mesmo título executivo e conexão entre exe- cução e ação de conhecimento.....	768
11.	Atos concertados e compartilhamento de competências entre os juízos da execução	768

Capítulo 23 ▶	Execução por quantia certa fundada em título executivo extrajudicial: fase inicial e defesa do executado	771
1.	Considerações iniciais	771
2.	Atos iniciais da execução por quantia fundada em título extrajudicial	772

2.1.	Fase inicial do procedimento executivo	772
2.1.1.	Demanda executiva e controle judicial	772
2.1.2.	A averbação da execução no registro de bens do devedor (art. 828, CPC)	773
2.1.3.	Citação na execução	774
2.1.4.	Prazo para cumprimento voluntário.....	775
2.1.5.	Posturas do executado após a citação	776
2.1.6.	A pré-penhora ou arresto executivo (art. 830, CPC)	777
2.2.	Segunda fase: a execução forçada	781
2.3.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica (art. 133 e seguintes, CPC) .	782
3.	A defesa do executado	783
3.1.	Introdução	783
3.2.	Embargos à execução.....	784
3.2.1.	Noção e natureza jurídica.....	784
3.2.2.	Valor da causa.....	787
3.2.3.	Prazo para ajuizamento dos embargos.....	788
3.2.4.	Competência para processamento e julgamento	791
3.2.5.	Legitimidades ativa e passiva	793
3.2.6.	Intervenção de terceiro	795
3.2.7.	Efeitos dos embargos.....	796
3.2.8.	Conteúdo dos embargos.....	799
3.2.9.	Arguição de impedimento e de suspeição (arts. 146 e 148, CPC).....	803
3.2.10.	O requerimento de parcelamento do crédito (art. 916, CPC) e a proibição para oposição dos embargos.....	803
3.2.11.	Procedimento	808
3.2.12.	Recursos	810
3.2.13.	Honorários de sucumbência	812
3.2.14.	Desistência da execução e consentimento do executado.....	812
3.2.15.	Julgamento e coisa julgada.....	813
3.2.16.	Alegação de defesa fundada em fato superveniente	814
3.3.	Exceção de pré-executividade	815
3.4.	Ações autônomas (defesas heterotópicas).....	819
 Capítulo 24 ► Penhora		825
1.	Noções gerais	825
2.	Funções	826
2.1.	Individualização e apreensão do bem. Indicação de bens pelo exequente ou executado. O dever de auxílio jurisdicional	826
2.2.	Conservação do bem	827
2.3.	Direito de preferência	828

3. Natureza jurídica	828
4. Efeitos	829
4.1. Considerações iniciais	829
4.2. Materiais	830
4.2.1. Alteração do título de posse do devedor	830
4.2.2. Ineficácia relativa dos atos de disposição	831
4.2.3. Reflexos penais	832
4.3. Processuais	832
4.3.1. Individualização dos bens	832
4.3.2. Conservação dos bens penhorados	833
4.3.3. Efeito suspensivo à defesa do executado	833
4.3.4. Direito de preferência	833
5. Objeto da penhora	834
6. Impenhorabilidade	834
6.1. Generalidades. Impenhorabilidade absoluta e impenhorabilidade relativa. A impenhorabilidade como técnica de proteção a direitos fundamentais e de restrição ao direito fundamental do credor	834
6.2. Natureza jurídica das regras de impenhorabilidade. Regime processual das questões sobre impenhorabilidade: disponibilidade, preclusão e conhecimento ex officio	838
6.3. Fundamentos da impenhorabilidade	843
6.4. Negócios processuais sobre a penhorabilidade	845
6.5. Hipóteses de impenhorabilidade	846
6.5.1. O beneficium competentiae	846
6.5.2. Bens inalienáveis	847
6.5.3. Bens declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução. O acordo de impenhorabilidade	848
6.5.4. Os móveis, pertences e utilidades domésticas que guarnecem a residência do executado, salvo os de elevado valor ou que ultrapassem as necessidades comuns correspondentes a um médio padrão de vida	850
6.5.5. Os vestuários, bem como os pertences de uso pessoal do executado, salvo se de elevado valor	851
6.5.6. Rendimentos de natureza alimentar	852
6.5.7. Os livros, as máquinas, as ferramentas, os utensílios, os instrumentos ou outros bens móveis necessários ou úteis ao exercício de qualquer profissão	856
6.5.8. O seguro de vida	859
6.5.9. Os materiais necessários para obras em andamento, salvo se essas forem penhoradas	860
6.5.10. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família	861
6.5.11. Os recursos públicos recebidos por instituições privadas para aplicação compulsória em educação, saúde ou assistência social	862

6.5.12. Quantia depositada em caderneta de poupança (até o limite de quarenta salários mínimos)	863
6.5.13. Os recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político	864
6.5.14. Bem imóvel de moradia (“bem de família”)	866
6.5.15. Ressalva geral às regras de impenhorabilidade (art. 833, § 1º, CPC)	873
6.5.16. A impenhorabilidade sob condição ou penhorabilidade eventual. Os exemplos da penhora de frutos e rendimentos de bens inalienáveis (art. 834, CPC) e da execução de créditos com direito de retenção (art. 793, CPC) ou com garantia real (arts. 835, § 3º, CPC)	873
6.5.17. Impenhorabilidade do jus sepulchri, da sepultura e do sepulcro	876
6.5.18. Penhora de bem dado em garantia real	877
6.5.19. Impenhorabilidade de próteses	878
6.5.20. Penhora do saldo da conta vinculada do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço)	879
7. Limites da penhora	881
8. Ordem preferencial de bens a penhorar. O enunciado 417 da súmula do STJ	882
9. Lugar e tempo da penhora	885
10. Realização, formalização e intimação da penhora	886
10.1. Apreensão. Auto e termo de penhora	886
10.2. Ainda sobre o auto de penhora	887
10.3. Depósito	889
10.3.1. Noções gerais.....	889
10.3.2. Escolha do depositário	890
10.3.3. Funções do depositário	892
10.3.4. Remuneração do depositário	893
10.3.5. Prisão Civil do depositário infiel. O reconhecimento pelo STF da inconstitucionalidade da prisão civil do depositário infiel. O silêncio do CPC sobre o tema	894
10.4. Intimação do executado	895
10.5. Intimação de terceiros (art. 799, CPC)	896
11. Penhora de imóvel	897
12. Penhora de bem indivisível (art. 843, CPC)	899
13. Incidentes da penhora	899
13.1. Modificações da penhora: ampliação, redução e renovação da penhora.....	899
13.2. Substituição da penhora	901
13.2.1. Nota introdutória	901
13.2.2. Substituição por iniciativa de qualquer das partes (art. 848, CPC)	901
13.2.3. Substituição por iniciativa do executado (art. 847, CPC)	904
14. Penhoras especiais	906
14.1. Penhora <i>on line</i> de dinheiro em depósito ou aplicação financeira (art. 854, CPC)	906

14.2. Penhora de créditos e de outros direitos patrimoniais (arts. 855-860, CPC)	911
14.3. Penhoras de rendimentos de empresa, estabelecimento ou outros bens	917
14.3.1. Generalidades	917
14.3.2. Penhora de frutos e rendimentos de coisa móvel e imóvel (arts. 867-869, CPC)	918
14.3.3. Penhora de empresa e outros estabelecimentos (arts. 862-865, CPC)	920
14.4. Penhora de percentual de faturamento (art. 866, CPC)	922
14.5. Penhora de quotas sociais ou ações (art. 861, CPC)	924
Capítulo 25 ► Avaliação	927
Capítulo 26 ► Adjudicação	931
1. Considerações gerais	931
2. Procedimento	932
3. Remição da execução, substituição do bem penhorado por dinheiro e remição do bem penhorado como fatos impeditivos da adjudicação	935
4. Legitimidade para adjudicar	936
5. Concorrência entre os possíveis adjudicatários	939
Capítulo 27 ► Alienação	941
1. Conceito e natureza jurídica	941
2. A alienação judicial por iniciativa particular	944
3. Carta de alienação	947
4. Legitimidade para adquirir bem penhorado em alienação judicial (art. 890, CPC)	949
5. Preço mínimo, condições de pagamento, garantias e preço vil	951
6. A alienação por leilão judicial	952
6.1. O leilão e o leiloeiro	952
6.2. O edital	954
6.3. Transferência do leilão	956
6.4. Intimações prévias necessárias	957
6.5. Suspensão do leilão (art. 900, CPC)	960
6.6. Conceito de arrematação	960
6.7. Forma de pagamento. A possibilidade de pagamento parcelado	960
6.8. Arrematação global (art. 893, CPC)	962
6.9. Transferência do leilão de imóvel de incapaz (art. 896, CPC)	962
6.10. Alienação de imóvel que permite cômoda divisão (art. 894, CPC)	964
6.11. Concurso de pretendentes	964
6.12. Encerramento do leilão (art. 899, CPC)	966

6.13. Auto de arrematação (art. 901, CPC).....	966
6.14. Arrematação “perfeita, acabada e irretratável” (art. 903, caput, CPC).....	967
6.15. Desfazimento da arrematação	969
6.15.1. Sistematização das hipóteses de desfazimento da arrematação.....	969
6.15.2. Desistência ou resilição unilateral da arrematação.....	969
6.15.3. Invalidade da arrematação.....	970
6.15.4. Resolução da arrematação.....	973
6.16. Ineficácia da arrematação por desrespeito ao art. 804 do CPC.....	973
7. Efeitos da alienação	976
7.1. Efeitos no plano material	976
7.1.1. Título e modo da aquisição.....	976
7.1.2. Responsabilidade tributária do adquirente	977
7.1.3. Responsabilidade do adquirente pelas despesas condominiais	978
7.1.4. Posse da coisa adquirida	978
7.1.5. Alienação de bem objeto de locação ou comodato	979
7.1.6. Purgação dos direitos reais de garantia	981
7.1.7. Direito aos frutos pendentes do bem	981
7.1.8. Traspasso dos direitos reais de gozo	981
7.2. Efeitos no plano processual	982
7.2.1. Conversão coativa da penhora	982
7.2.2. Dever de pagar o preço	982
7.2.3. Preclusão do direito de arguir a impenhorabilidade do bem arrematado	983
8. Alienação judicial e as pretensões redibitória e de abatimento do preço (art. 441, Código Civil)	983
9. Alienação judicial e evicção (art. 447, Código Civil)	984
10. Remição da execução, substituição do bem penhorado por dinheiro e remição do bem penhorado como fatos impeditivos da alienação judicial	986
Capítulo 28 ► Entrega do dinheiro ao credor	989
1. Pagamento ao credor na execução por quantia certa	989
2. Entrega do dinheiro ao credor	989
3. Direito de preferência. Concurso de penhoras	991
3.1. Disciplina geral	991
3.2. Pressupostos	992
3.3. Natureza jurídica	996
3.4. O incidente: sujeitos e objeto	996
3.5. Questões de alta indagação	998
3.6. Procedimento	998
3.7. Competência para o concurso. “Conexão em razão da penhora”	1000

Capítulo 29 ▶	Execução fundada em título extrajudicial em face da Fazenda Pública.....	1003
1.	Observação preliminar	1003
2.	Execução por quantia certa fundada em título extrajudicial em face da fazenda pública ...	1004
3.	A defesa da Fazenda Pública na execução fundada em título extrajudicial: os embargos à execução.....	1005
3.1.	Generalidades	1005
3.2.	Efeito suspensivo automático dos embargos	1007
3.3.	Embargos parciais	1007
3.4.	Procedimento dos embargos.....	1008
4.	Aplicação das regras sobre precatório e requisição de pequeno valor	1009
5.	Execução de obrigação de fazer, não fazer e entregar coisa contra a fazenda pública.....	1009
Capítulo 30 ▶	Execução fiscal	1011
1.	Noções gerais.....	1011
1.1.	A dívida ativa da Fazenda Pública e a certidão de dívida ativa.....	1011
1.2.	Dispensa da execução fiscal em casos de pequenos valores.....	1013
1.3.	Substituição ou emenda da certidão de dívida ativa.....	1014
1.4.	Protesto de certidão de dívida ativa. A questão da execução fiscal e os conselhos de fiscalização de atividade profissional	1015
1.5.	Notificação para pagamento administrativo, restrição de crédito, averbação da CDA nos órgãos de registro de bens e direitos e sua “indisponibilidade”	1016
1.6.	Possibilidade de condicionamento do ajuizamento da execução à verificação de índices de bens, direitos ou atividade econômica dos devedores ou corresponsáveis..	1018
2.	As legitimidades ativa e passiva na execução fiscal	1019
2.1.	Legitimidade ativa.....	1019
2.2.	Legitimidade passiva.....	1022
2.3.	Responsabilidade do sócio-gerente ou diretor	1023
2.4.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica. Cabimento na execução fiscal.....	1024
3.	Competência.....	1032
3.1.	Competência da primeira instância.....	1032
3.2.	Competência do STF.....	1032
3.3.	Competência da Justiça Estadual	1032
3.4.	Competência da Justiça Federal	1033
3.5.	Competência federal delegada	1034
3.6.	Competência da Justiça Eleitoral.....	1035
3.7.	Competência da Justiça do Trabalho.....	1035
3.8.	Competência territorial	1036

3.9. Competência para execução fiscal e superveniência de falência ou de recuperação judicial	1038
4. Procedimento	1039
4.1. Fase inicial	1039
4.2. Citação na execução fiscal	1041
4.3. Nomeação de bens à penhora	1043
5. Penhora na execução fiscal	1044
5.1. Generalidades	1044
5.2. Intimação da penhora na execução fiscal	1047
5.3. Concurso de penhoras na execução fiscal	1047
6. Suspensão do processo pela falta de bens penhoráveis e reconhecimento da prescrição pelo juiz	1048
7. A indisponibilidade de bens prevista no art. 185-A do CTN	1050
8. Pedido de parcelamento (CPC, art. 916)	1052
9. Intimações e desnecessidade de intervenção do Ministério Público	1053
10. A defesa do executado	1054
11. Da expropriação na execução fiscal	1060
12. Da sentença e da coisa julgada na execução fiscal	1062
13. Dos recursos na execução fiscal	1064
Capítulo 31 ► Execução de alimentos fundada em título extrajudicial	1067
Capítulo 32 ► Execução das obrigações de fazer ou de não fazer fundada em título executivo extrajudicial	1073
1. Considerações iniciais	1073
2. A primazia da tutela específica das prestações de fazer e de não fazer	1074
3. Procedimento	1075
3.1. Introdução	1075
3.2. Fase inicial: prazo para cumprimento voluntário	1076
3.3. Segunda fase: execução forçada	1080
3.3.1. Introdução	1080
3.3.2. A realização forçada da prestação de fato pelo próprio devedor	1081
3.3.3. A realização da prestação de fato ou do desfazimento do ato indevido por terceiro ou pelo credor	1083
3.3.4. Conversão da prestação de fato em perdas e danos	1088
4. A defesa do executado	1090

Capítulo 33 ► Execução para entrega de coisa fundada em título executivo extrajudicial	1093
1. Considerações iniciais	1093
2. A primazia da tutela específica das prestações de entrega de coisa	1094
3. Procedimento	1094
3.1. Introdução	1094
3.2. Fase inicial da execução para entrega de coisa certa: prazo para cumprimento voluntário	1095
3.3. Fase inicial da execução para entrega de coisa incerta: individualização da coisa e cumprimento voluntário	1098
3.4. Segunda fase: execução forçada.....	1101
3.5. Conversão da obrigação em indenização por perdas e danos	1101
3.5.1. Hipóteses que admitem conversão	1101
3.5.2. Momento da conversão	1102
3.5.3. Incidente cognitivo para apuração do valor da coisa e das perdas e danos.....	1103
4. Defesa do executado.....	1104
5. Indenização de benfeitorias, acessões, melhoramentos e acréscimos. Apuração do valor e exercício do direito de retenção	1105
5.1. Considerações iniciais	1105
5.2. Apuração do valor indenizatório	1106
5.3. O exercício do direito de retenção (os embargos de retenção por benfeitorias).....	1110
6. Alienação da coisa litigiosa para terceiro	1112
Bibliografia	1115